

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2019

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportado ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.711.188,90 € de despesa paga e um total de 9.944.123,04 € de receita cobrada, no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 47.339.635,63 € e um total de fundos próprios de 20.528.387,93 €, incluindo um resultado líquido de 1.714.838,51 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

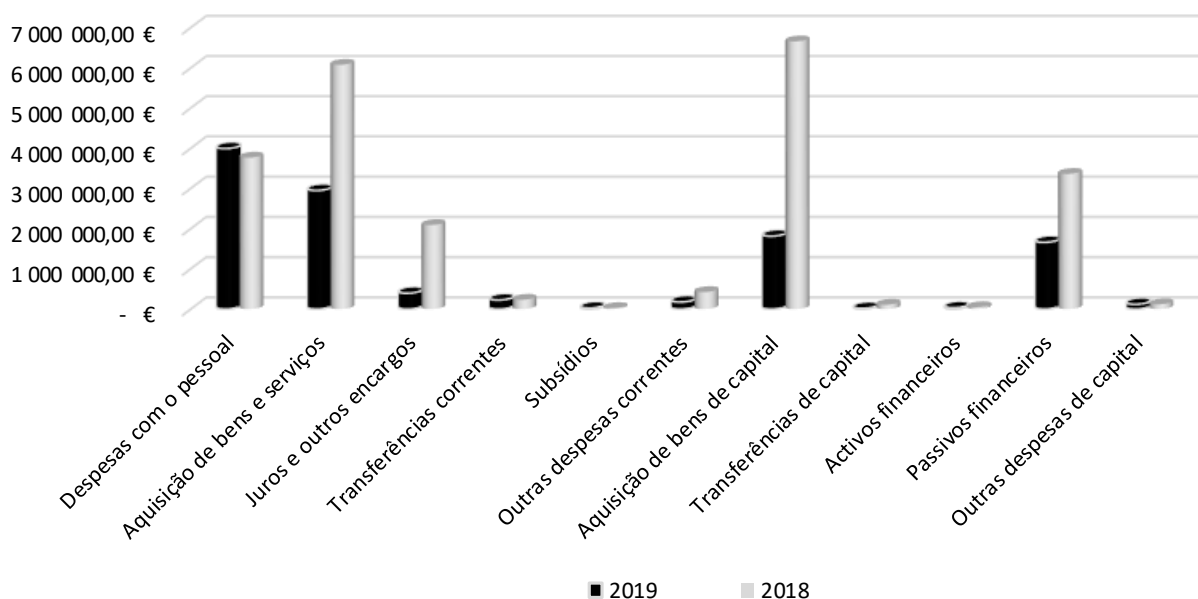
5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 19	Grau Exec. Orç Dez 18	Variação % 2019 Vs. 2018
Cl.	Designação									
01	Despesas com o pessoal	3 993 231,00	3 925 891,59	67 339,41	98,31%	3 904 220,43	89 010,57	97,77%	98,35%	-0,58%
02	Aquisição de bens e serviços	2 949 353,63	2 679 866,36	269 487,27	90,86%	2 348 695,10	600 658,53	79,63%	91,34%	-11,71%
03	Juros e outros encargos	394 943,36	353 966,53	40 976,83	89,62%	326 530,93	68 412,43	82,68%	92,07%	-9,39%
04	Transferências correntes	224 911,00	193 144,68	31 766,32	85,88%	185 718,55	39 192,45	82,57%	77,35%	5,22%
05	Subsídios	25 000,00	25 000,00	0,00	100,00%	25 000,00	0,00	100,00%	100,00%	0,00%
06	Outras despesas correntes	175 063,00	161 716,51	13 346,49	92,38%	145 524,91	29 538,09	83,13%	93,03%	-9,90%
DESPESAS CORRENTES		7 762 501,99	7 339 585,67	422 916,32	94,55%	6 935 689,92	826 812,07	89,35%	93,37%	-4,02%
07	Aquisição de bens de capital	1 813 684,33	1 714 430,77	99 253,56	94,53%	1 077 749,99	735 934,34	59,42%	83,42%	-24,00%
08	Transferências de capital	16 188,00	12 633,88	3 554,12	78,04%	7 007,96	9 180,04	43,29%	48,90%	-5,61%
09	Activos financeiros	32 300,00	32 300,00	0,00	100,00%	32 300,00	0,00	100,00%	99,96%	0,04%
10	Passivos financeiros	1 660 082,00	1 660 081,40	0,60	100,00%	1 658 441,03	1 640,97	99,90%	97,09%	2,81%
11	Outras despesas de capital	119 230,40	117 310,40	1 920,00	98,39%	0,00	119 230,40	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL		3 641 484,73	3 536 756,45	104 728,28	97,12%	2 775 498,98	865 985,75	76,22%	86,66%	-10,44%
TOTAL DE DESPESAS		11 403 986,72	10 876 342,12	527 644,60	95,37%	9 711 188,90	1 692 797,82	85,16%	90,35%	-5,20%

Gráfico 1 – Evolução comparativa do orçamento da despesa

Orçamento da Despesa - dezembro N Vs. dezembro N-1

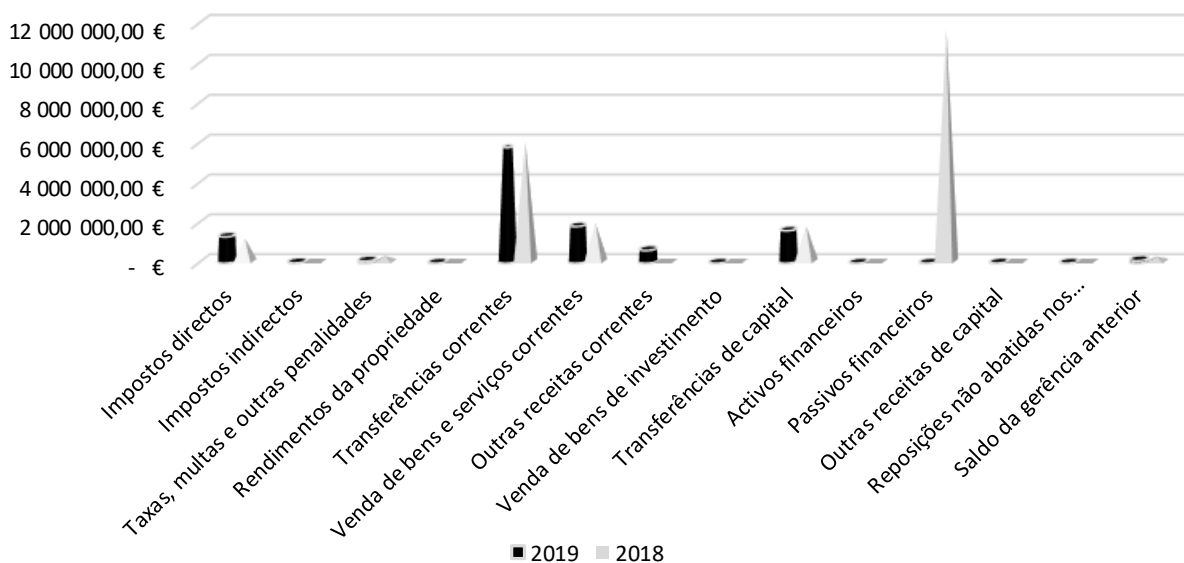


Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec. Dez 19	Grau Exec. Dez 18	Variação %
Cl.	Designação	Corrigidas	Liquida				Dez19/Dez18
01	Impostos directos	1 312 499,00	1 139 914,95	-172 584,05	86,85%	81,36%	5,49%
02	Impostos indirectos	16 052,00	17 545,77	1 493,77	109,31%	93,20%	16,10%
04	Taxas, multas e outras penalidades	111 459,00	84 671,37	-26 787,63	75,97%	33,82%	42,14%
05	Rendimentos da propriedade	183,00	0,00	-183,00	0,00%	0,00%	0,00%
06	Transferências correntes	5 747 305,00	5 760 181,70	12 876,70	100,22%	96,75%	3,47%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 828 809,00	1 562 858,14	-265 950,86	85,46%	68,38%	17,08%
08	Outras receitas correntes	634 711,00	17 674,02	-617 036,98	2,78%	135,61%	-132,83%
	RECEITAS CORRENTES	9 651 018,00	8 582 845,95	-1 068 172,05	88,93%	87,35%	1,58%
09	Venda de bens de investimento	70,00	0,00	-70,00	0,00%	3571,43%	-3571,43%
10	Transferências de capital	1 619 097,40	1 231 836,24	-387 261,16	76,08%	39,11%	36,97%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a	n.a	n.a
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a	99,46%	n.a
13	Outras receitas de capital	6 197,00	1 668,03	-4 528,97	26,92%	31,64%	-4,72%
	RECEITAS DE CAPITAL	1 625 364,40	1 233 504,27	-391 860,13	75,89%	91,59%	-15,70%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	849,00	1 017,10	168,10	119,80%	7,68%	112,12%
16	Saldo da gerência anterior	126 755,72	126 755,72	0,00	100,00%	100,00%	0,00%
	OUTRAS RECEITAS	127 604,72	127 772,82	168,10	100,13%	98,42%	1,71%
	TOTAL DE RECEITAS	11 403 987,12	9 944 123,04	-1 459 864,08	87,20%	89,94%	-2,74%

Gráfico 2 – Evolução comparativa do orçamento da receita

Orçamento da Receita- dezembro N Vs. dezembro N-1



Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rádios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18
Receita total / Despesa total	102,40%	99,54%	91,43%	93,04%
Receita corrente / Despesa corrente	123,75%	69,02%	116,94%	66,91%
Receita capital / Despesa capital	44,44%	137,26%	34,88%	122,50%
Despesa Pessoal / Despesa Total	40,20%	17,90%	36,10%	16,83%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	24,19%	26,82%	24,64%	26,54%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	11,10%	26,84%	15,76%	29,36%
Serviço da Dívida / Despesa Total	17,08%	15,77%	15,26%	14,76%
Receitas próprias / Despesa Total	30,40%	12,65%	27,14%	11,82%
Transferências recebidas / Despesa Total	72,00%	31,18%	64,29%	29,15%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,36%	9,30%	3,25%	8,72%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rádios de estrutura da receita	dez/19	dez/18
Receitas próprias / Receita total	29,69%	12,71%
Transferências recebidas / Receita Total	70,31%	31,33%

Gráfico 3 – Evolução comparativa da despesa paga (dezembro de 2019 Vs. dezembro 2018)

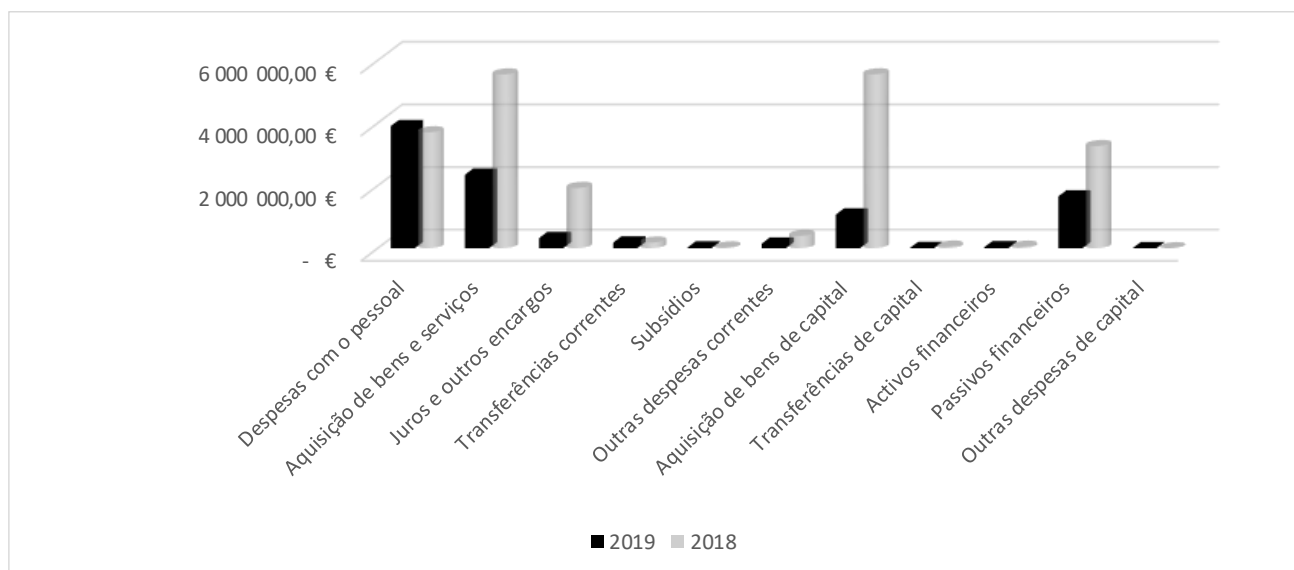
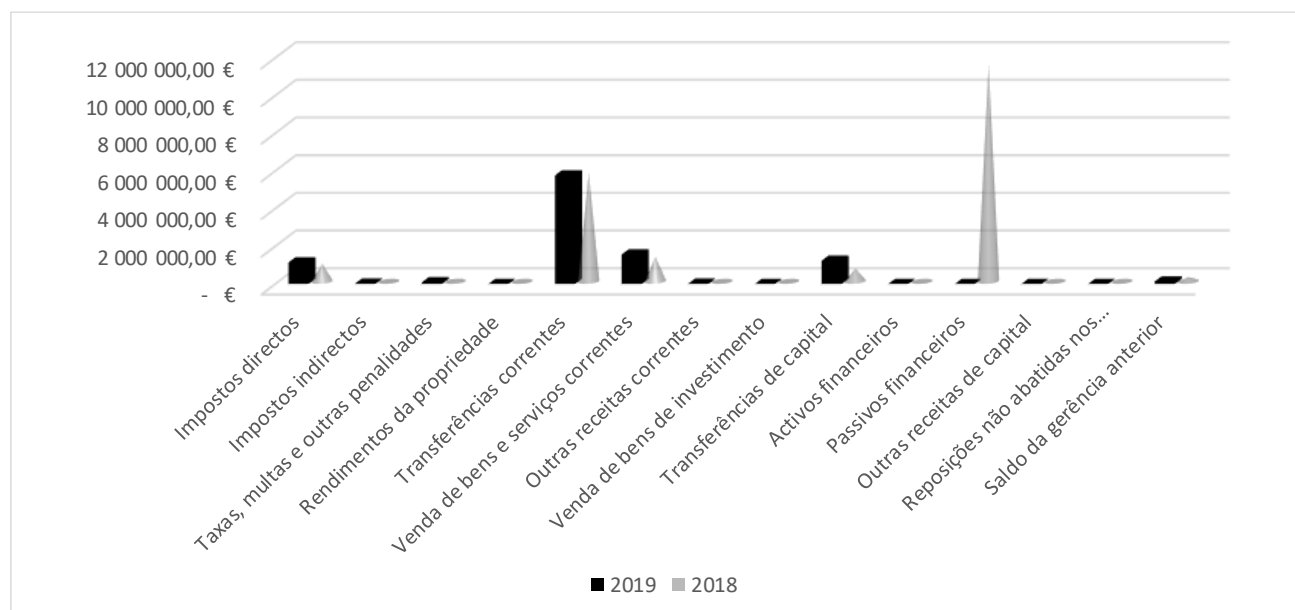


Gráfico 3 – Evolução comparativa da receita cobrada (dezembro de 2019 Vs. dezembro 2018)



6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa acima, verifica-se que a execução do orçamento da despesa corrente se situa em 89,35%, o que representa um decréscimo de 4,02 p.p. em relação ao verificado em igual período do ano anterior (93,37%). De referir que, na ótica da despesa paga, as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e juros e outros encargos representam cerca de 94,86% das despesas corrente (em 2018 este indicador era de 94,92%), pelo que tendencialmente a evolução da sua execução influencia a execução da despesa desta natureza. Contudo, se considerarmos a ótica dos compromissos assumidos, os itens de despesa identificados representam 94,82% das despesas correntes (94,93% no final de 2018).

Nos termos do referido no ponto anterior, a execução orçamental das despesas com o pessoal apresenta-se bastante próxima do valor orçamentado (execução de 97,77% e 0,58 p.p. abaixo do verificado em igual período do ano anterior).

Com reporte à aquisição de bens e serviços, o grau de execução orçamental foi de 79,63%, significativamente inferior ao que se manifestou em igual período do ano anterior, em que o grau de execução situou-se em 91,34%. Verifica-se que as dotações corrigidas para os diversos itens desta rubrica apresentam montantes pouco superiores às despesas pagas, o que contribui para que este indicador evidencie um grau de execução elevado, destacando-se os valores em encargos com instalações e os valores em dívida pela aquisição de mercadorias para venda, situações em que as dotações corrigidas são 600.910,00€ e 487.352,87 €, respetivamente, e os compromissos por pagar de 37.906,32 € e 39.639,49 €, respetivamente.

Adicionalmente, a rubrica de juros e outros encargos também apresentava, no ano anterior, um grau de execução orçamental de 92,07%, tendo apresentado um decréscimo de 9,39 pontos percentuais, situando-se assim em 82,68% do orçamentado para 2019.

No que se refere às "Transferências correntes", cuja execução orçamental foi de 82,57% (que compara com 77,35% em 2018), os itens mais significativos, correspondem a transferências para Instituições sem fins lucrativos (129.500,00 € que representam 55,50% do total de despesa paga desta rubrica) e transferências para famílias com um total de despesas pagas de 74.235,30 € face aos 87.190,00 € de dotações corrigidas.

Quanto às rubricas relacionadas com despesas de capital, a aquisição de bens de capital e as transferências de capital apresentam graus de execução orçamental de, respetivamente, 59,42% e 43,29%, ficando a aquisição de bens de capital 24,00 pp. abaixo do verificado em igual período do ano anterior e, as transferências de capital, 5,61 p.p. inferior ao verificado no mesmo período de 2018.

A execução da aquisição de bens de capital encontra-se afetada, maioritariamente, pelo saldo orçamental dos investimentos em edifícios (no valor de 185.576,16 €), dos investimentos em equipamento informático (no valor de 266.667,95 €) e dos investimentos com infraestruturas consideradas em bens de domínio público (no valor de 230.672,92 €).

No que respeita às transferências de capital, estas encontram-se afetadas pelo baixo grau de execução referente a transferências para "Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras - Privadas" (45,36% em 2019) e para "Instituições Sem Fins Lucrativos" (50,00% em 2019). Relativamente aos passivos financeiros, verifica-se um grau de execução, em dezembro de 2019, de (99,90%) e com um ligeiro crescimento face ao mesmo período do ano transato (97,09%), sendo a rubrica de "Empréstimos de médio e longo prazo a instituições financeiras – Bancos e outras instituições" a que mais afeta, com um montante de 1.321.868,79 € de despesas pagas face aos 1.325.157 € de dotações corrigidas para 2019 (representando um grau de execução de 99,88%).

Devido ao graus de execução do orçamento relativo às aquisições de bens de capital, que apresentam um grau de execução orçamental mais afastado do previsto (execução de 59,42% das dotações corrigidas), às aquisições de bens e serviços (apresentam um grau de execução de 79,63%) e às transferências de capital (apresentam um grau de execução de 43,29%), verifica-se que o desempenho da execução global do orçamento da despesa reduziu para 85,16% quando no exercício anterior tinha ascendido a 90,35%.

- 7.** Na análise da execução orçamental da receita, verifica-se um grau de execução de 88,93% na receita corrente (que compara com 87,35% verificados no ano anterior) e de 75,89% na receita de capital (que compara com 91,59% em igual período de 2018).

No que se refere à receita corrente, a variação apresentada resulta do aumento significativo da execução obtida ao nível da "Taxas, multas e outras penalidades" (execução orçamental de 33,82% em 2018 para 75,97% em 2019) consequência dos elevados graus de execução referentes à "Saneamento" (474,31%) e a "Inspeções Periódicas de Ascensores" (384,08%).

As transferências correntes apresentam um grau de execução orçamental superior ao apresentado em 2018, (96,75% em 2018 que compara com 100,22% em 2019) essencialmente justificado com as transferências referentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro que representa 84,92% das “transferências correntes” e um grau de execução de 99,88%.

Com reporte à execução da receita de capital, esta apresenta um grau de execução significativamente inferior ao ano anterior em 15,70 p.p., em que em 2019 o grau foi de 75,89% contra os 91,59% de 2018, essencialmente justificado com a brutal diminuição do grau de execução referente a Vendas de bens de investimentos (0% em 2019 contrapondo os 3571,43% de 2018). Contrariamente as transferências de capital foi a única rubrica que obteve uma evolução passando de 39,11% em 2018 para 76,08% em 2019.

- 8.** A receita corrente soma 8.582.845,95 € (que compara com 8.129.300,14 € em 2018) e a despesa corrente 6.935.689,92 (que compara com 11.778.752,27 € em 2018), pelo que, na ótica da despesa paga as despesas desta natureza sofreram um aumento do grau de cobertura, ao invés do sucedido em 2018 (123,75% em 2019 contra 69,02% em 2018). Na ótica da despesa comprometida verifica-se também um aumento do indicador (116,94% contra 66,91% em 2018).

Atendendo à relação receitas de capital/despesas de capital, a cobertura da despesa de capital pelas receitas da mesma natureza é de 44,44% em 2019 (em 2018 era de 137,26%, uma elevada diminuição de 92,82 p.p.) na ótica da despesa paga e 34,88% (contra 122,50% em 2018) na ótica da despesa comprometida.

Globalmente, as receitas totais sofreram uma diminuição de 10.659.573 € face a 2018, facto relacionado com a execução do plano de saneamento financeiro no ano anterior, e as despesas totais também sofreram uma diminuição face a 2018, no valor de 10.987.951 €. Uma vez que existe um maior decréscimo da despesa total em relação à receita total, o grau de cobertura da despesa total pela receita total é de 102,40% em 2019 (contra 99,54% em 2018) na ótica da despesa paga e 91,43% em 2019 (face aos 93,04% em 2018) na ótica da despesa comprometida.

- 9.** A execução do orçamento da receita atingiu 87,20%, facto que compara com execução de 89,94% em 2018, o que equivale a um volume de receita cobrada de, respetivamente, 9.944.123,04 € e 20.603.95,91 €.
- 10.** As receitas próprias somam o montante de 2.952.105,10 € (mais 333.564,59 € que o verificado em igual período do exercício anterior) dado, essencialmente, pelo aumento das receitas provenientes dos impostos diretos e Vendas de bens e serviços correntes.
- 11.** A despesa comprometida em 2019 mostrou-se superior em 932.219,08 € euros em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 1.540.695,12 € no final de 2018, constituindo assim um indicador positivo.

ANÁLISE ECONÓMICA

12. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2019	%	2018	%	Variação 2019 Vs. 2018	
Cl.	Designação					Valor	%
71	Vendas e prestações de serviços	1 046 960,77	10,47%	935 105,92	8,13%	111 854,85	11,96%
72	Impostos e taxas	1 202 579,45	12,02%	1 048 419,26	9,11%	154 160,19	14,70%
73	Proveitos Suplementares	343 746,43	3,44%	373 438,74	3,25%	-29 692,31	-7,95%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 718 005,46	67,15%	6 280 887,68	54,60%	437 117,78	6,96%
75	Trabalhos para a própria entidade	1 279,52	0,01%	4 104,95	0,04%	-2 825,43	-68,83%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	#DIV/0!
78	Proveitos e ganhos financeiros	1 943,91	0,02%	4 190,46	0,04%	-2 246,55	-53,61%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	689 558,46	6,89%	2 857 249,75	24,84%	-2 167 691,29	-75,87%
TOTAL DE PROVEITOS		10 004 074,00	100,00%	11 503 396,76	100,00%	-1 499 322,76	-13,03%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2019	%	2018	%	Variação 2019 Vs. 2018	
Cl.	Designação					Valor	%
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	394 077,96	4,75%	387 095,76	4,10%	6 982,20	1,80%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 952 698,29	23,56%	2 164 290,49	22,92%	-211 592,20	-9,78%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	179 622,60	2,17%	188 717,18	2,00%	-9 094,58	-4,82%
64	Custos com o pessoal	3 861 101,60	46,58%	3 646 250,77	38,61%	214 850,83	5,89%
65	Outros custos e perdas operacionais	48 675,09	0,59%	51 562,32	0,55%	-2 887,23	-5,60%
66	Amortizações do exercício	1 411 060,90	17,02%	1 415 403,86	14,99%	-4 342,96	-0,31%
67	Provisões do exercício	17 999,86	0,22%	810 850,99	8,59%	-792 851,13	-97,78%
68	Custos e perdas financeiros	337 448,90	4,07%	526 175,14	5,57%	-188 726,24	-35,87%
69	Custos e perdas extraordinários	86 550,29	1,04%	253 854,28	2,69%	-167 303,99	-65,91%
TOTAL DE CUSTOS		8 289 235,49	100,00%	9 444 200,79	100,00%	-1 154 965,30	-12,23%

13. A estrutura de proveitos sofreu um decréscimo face a igual período do ano anterior de 1.499.322,76 € - 13%, situação que se encontra especialmente associada aos decréscimos verificados na rubrica de “Proveitos e Ganhos Extraordinários”. No ano de 2018, tinha-se verificado o inverso.

Deste modo, a rubrica de “Proveitos e Ganhos Extraordinários” regista em 2018 a redução de provisões pelo montante de 1.737.831,94 € pelo facto de as situações que as motivaram já não se verificarem, reportando a sua origem a anos anteriores (designadamente, em resultado da execução do plano de saneamento financeiro se conseguirem acordos que extinguíram juros e penalidades até aí

reclamadas). Tais acontecimentos não se verificaram em 2019, justificando-se assim a variação apresentada. De referir que a rubrica de "Proveitos e Ganhos Extraordinários" regista, como efeito de maior relevância (74% do seu saldo) a imputação dos subsídios ao investimento (destina-se a compensar as depreciações dos ativos objeto de apoio ao investimento).

Tendo como referência as "Vendas e prestações de serviços" o acréscimo de 111.854,85 € (mais 11,96 %) face ao verificado em 2018, é resultante do acréscimo de receitas provenientes da venda de água (mais 33.040,58 €), saneamento e resíduos sólidos (mais 64.058 €) e tarifa fixa de água (mais 20.803,50 €).

Quanto à rubrica de "Impostos e Taxas", o acréscimo de 154.160,19 € (mais 14,70%) em relação ao verificado em 2018 é justificado com acréscimos ao nível da Derrama (mais 19.176 €), IMT (mais 23.662 €), Imposto Único de Circulação (mais 18.124 €) ligeiramente compensado pelo decréscimo do "IMI" (menos de 67.764 €). Adicionalmente, a grande diferença face a 2018 ocorre ao nível dos reembolsos e restituições que decresceram cerca de 161.499 €, facto também relacionado com o IMI, em que no ano de 2018 se efetivaram bastantes devoluções associadas a contestações judiciais intentadas por empresas exploradoras de parques eólicos, e que vieram a ser julgadas procedentes.

No que se refere às "Transferências e subsídios Obtidos", verifica-se um acréscimo de 437.118 € (mais 7%) resultante de maiores valores obtidos das transferências ao nível do Orçamento de Estado (Excedente - n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro).

Relativamente aos "Trabalhos para a própria entidade" encontram-se refletidas as situações relacionadas com as obras realizadas por administração direta que conduzem ao aumento da vida útil dos bens ou construção de bens do património através de recursos humanos e equipamentos do Município, assentando a sua valorização na mão de obra, maquinaria e materiais aplicados.

A rubrica de "Proveitos e ganhos financeiros" corresponde a juros obtidos por saldos em contas à ordem assim como os dividendos atribuídos pela Resiestrela (1.232 €).

- 14.** No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um decréscimo de 1.154.965,30 € (menos 12,23%) em relação ao verificado em dezembro de 2018. Das variações existentes importa destacar os acréscimos ao nível dos "Custos com o pessoal" (mais 214.850,83 € - 5,89%), e "Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas" (mais 6.982,20 € - 1,8%), sendo que todas as restantes rubricas apresentaram decréscimo quando comparadas com igual período do ano anterior.

Com referência a "Custos e perdas extraordinários", o decréscimo identificado é de 167.303,99 € e está relacionado com menores transferências de capital (menos 12.236 €), menor efeito de correções de custos de períodos anteriores (menos 123.868 €) e outros custos não especificados (menos 35.134 €). A subrubricas indicadas registam correções de estimativas e de gastos que não foi possível prever

no correspondente período contabilístico, sendo essas situações de menor ocorrência em 2019 face ao verificado em 2018.

No que se refere às “Amortizações do Exercício”, o decréscimo de valor está relacionado com o fim de vida útil de alguns bens de investimento (ficaram completamente depreciados em 2018).

Ao nível dos “Custos e perdas financeiros”, face ao verificado em dezembro de 2018, assistimos a um decréscimo de 188.726,24 € (menos 36%), sendo que, mantendo-se os critérios de registo dos juros constantes com os verificados em períodos passados (adequada aplicação do princípio da especialização dos exercícios), esta situação justifica-se com a execução dos empréstimos bancários associados ao Plano de Saneamento Financeiro que se tem revelado, do ponto de vista económico e financeiro, mais vantajoso para o Município.

Atentando na rubrica de “Provisões do exercício”, esta apresenta variação significativa face a dezembro de 2018 (menos 792.851 €). Importa referir que em 2018, foram registadas situações e acontecimentos relacionados com riscos e encargos expectáveis com a empresa Manuel Rodrigues Gouveia e com situações de cobranças duvidosas de valores a receber de água e saneamento básico, sendo que os valores apurados resultam das regras estipuladas pelo POCAL. Contudo, também em 2018, tal como acima referido, a conta de Proveitos extraordinários regista a anulação de grande parte da estimativa efetuada, assentando em acordos estabelecidos com as entidades credoras aquando do pagamento integral das dívidas. Face à resolução destas situações justifica-se o decréscimo ocorrido, pelo que em 2019 se registam as provisões necessárias face aos contenciosos em curso, assim como o reforço para situações de cobrança duvidosa.

Analisando a rubrica de “Outros custos e perdas operacionais”, identifica-se um decréscimo de 2.887 €, situação essencialmente relacionada com a relevação de custos com quotizações a favor de Associações de Municípios e outros impostos e taxas (por serviços obtidos).

Ao nível da rubrica de “Transferências e subsídios correntes”, verifica-se um decréscimo de 9.095 € (menos 4,8%) que se justifica, especialmente, com o decréscimo de transferências para associações desportivas.

O acréscimo identificado no “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” (mais 6.982 € - 1,8%) está associado ao acréscimo do tarifário de aquisição de água, entretanto vendida.

No que se refere aos “Custos com o pessoal”, estes representam 47% da estrutura de custos (contra 39% no período homólogo), sendo o item de maior relevância nos custos do Município. A variação apresentada, face ao verificado em 2018 é de 214.851 € (mais 5,9 %) e estará relacionada com o descongelamento das progressões nas carreiras (já iniciado em 2018) e com as atualizações de salário mínimo.

No que se refere às rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, comparativamente com dezembro de 2018, a evolução consta do seguinte:

Conta	Designação	Saldos em 31 de Dezembro de		Variação	
		2019	2018	Absoluta	%
62211	Electricidade	205 371,83 €	207 294,23 €	- 1 922,40 €	-0,93%
62212	Combustíveis	145 084,14 €	151 330,94 €	- 6 246,80 €	-4,13%
62214	Outros fluidos	12 625,56 €	12 078,18 €	547,38 €	4,53%
62215	Ferramentas e Utensílios de	12 127,83 €	26 951,35 €	- 14 823,52 €	-55,00%
62216	Livros e documentação técnica	2 067,25 €	1 111,02 €	956,23 €	86,07%
62217	Material de escritório	6 055,09 €	10 741,21 €	- 4 686,12 €	-43,63%
62218	Artigos para oferta	- €	- €	- €	0,00%
62219	Rendas e alugueres	57 992,06 €	128 105,06 €	- 70 113,00 €	-54,73%
62221	Despesas de representação	8 428,90 €	6 975,76 €	1 453,14 €	20,83%
62222	Comunicação	35 224,54 €	43 174,83 €	- 7 950,29 €	-18,41%
62223	Seguros	46 822,27 €	59 255,02 €	- 12 432,75 €	-20,98%
62226	Transportes de pessoal	2 428,45 €	1 242,82 €	1 185,63 €	95,40%
62227	Deslocações e estadas	60,10 €	16,60 €	43,50 €	262,05%
62228	Comissões	70,92 €	- €	70,92 €	0,00%
62229	Honorários	38 647,80 €	32 933,50 €	5 714,30 €	17,35%
62231	Contencioso e notariado	790,92 €	6 789,33 €	- 5 998,41 €	-88,35%
62232	Conservação e reparação	59 857,62 €	166 271,58 €	- 106 413,96 €	-64,00%
62233	Publicidade e propaganda	7 216,77 €	6 436,16 €	780,61 €	12,13%
62234	Limpeza, higiene e conforto	12 794,47 €	9 244,75 €	3 549,72 €	38,40%
62235	Vigilância e segurança	1 095,65 €	569,77 €	525,88 €	92,30%
62236	Trabalhos especializados	633 894,79 €	615 006,75 €	18 888,04 €	3,07%
62237	Tratamento de resíduos sólidos	107 563,68 €	114 603,93 €	- 7 040,25 €	-6,14%
62238	Transportes Escolares	92 370,84 €	85 502,31 €	6 868,53 €	8,03%
62239	Saneamento	80 815,49 €	89 657,52 €	- 8 842,03 €	-9,86%
62290	Encargos de cobrança	24 842,63 €	21 444,81 €	3 397,82 €	15,84%
62298	Outros FSE's	358 448,69 €	367 553,06 €	- 9 104,37 €	-2,48%
Totais		1 952 698,29 €	2 164 290,49 €	-211 592,20 €	-9,78%

Das variações mais significativas constantes do quadro acima, importa referir o seguinte:

- Eletricidade e combustíveis: o acréscimo identificado está relacionado com a atualização de tarifas (eletricidade) e decréscimo de preços (combustíveis) face ao verificado em 2018;
- Conservação e reparação: diminuição relacionada com a conservação de edifícios;
- Rendas e alugueres: diminuição relacionada com as rendas de habitação social;
- Encargos de cobrança: relacionado com os valores cobrados pela Administração Tributária na cobrança dos impostos Municipais.

15. Conjugando os efeitos das situações descritas nos parágrafos anteriores, o decréscimo de proveitos é largamente superior ao decréscimo de custos do período, facto que justifica a apresentação de um resultado líquido positivo de 1.714.838,51 €, facto que constitui, em relação a igual período do ano

anterior, um decréscimo ao nível do desempenho económico e financeiro do Município uma vez que no período homólogo comparativo, o resultado líquido atingido foi de 2.059.195,97 €.

ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/19	%	dez/18	%	Variação 2019 Vs. 2018	
						Valor	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	261 125,36	86,09%	202 948,50	81,88%	58 176,86	28,67%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	0,00	0,00%	2 420,43	0,98%	-2 420,43	-100,00%
24	Estado e outros entes públicos	7 999,86	2,64%	7 814,40	3,15%	185,46	2,37%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	34 195,40	11,27%	34 678,47	13,99%	-483,07	-1,39%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	303 320,62	100,00%	247 861,80	100,00%	55 458,82	22,37%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	303 320,62	100,00%	247 861,80	100,00%	55 458,82	22,37%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/19	%	dez/18	%	Variação 2019 Vs. 2018	
						Valor	%
2311	Empréstimos de curto prazo	1 311 612,19	9,08%	1 660 080,73	10,08%	-348 468,54	-20,99%
221	Fornecedores c/c	904 310,19	6,26%	852 904,75	5,18%	51 405,44	6,03%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	102 863,33	0,71%	136 992,72	0,83%	-34 129,39	-24,91%
217	Clientes e utentes c/cauções	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	51 749,66	0,36%	316 687,83	1,92%	-264 938,17	-83,66%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	68 312,49	0,41%	-68 312,49	-100,00%
24	Estado e outro entes públicos	471 121,65	3,26%	532 459,93	3,23%	-61 338,28	-11,52%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	359 599,40	2,49%	340 774,46	2,07%	18 824,94	5,52%
	Total Curto Prazo	3 201 256,42	22,17%	3 908 212,91	23,73%	-706 956,49	-18,09%
2312	Dívidas a instituições de crédito	11 239 869,80	77,83%	12 548 194,45	76,18%	-1 308 324,65	-10,43%
2689	Outros credores	0,00	0,00%	16 150,00	0,10%	-16 150,00	-100,00%
	Total Médio Longo Prazo	11 239 869,80	77,83%	12 564 344,45	76,27%	-1 324 474,65	-10,54%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	14 441 126,22	100,00%	16 472 557,36	100,00%	-2 031 431,14	-12,33%

17. As dívidas a receber apresentam um acréscimo, face ao igual período do ano anterior de 55.458,82 € (mais 22,37%) quando comparados com o termo do exercício anterior. A variação identificada está relacionada com o acréscimo de dívida em clientes, contribuintes e utentes. O acréscimo destes saldos

está associado ao acréscimo das vendas de água, pelo que as situações relacionadas com a tarifa fixa de água, resíduos sólidos e água sofreram um acréscimo face ao verificado em 2018, isto é, os saldos destas rubricas eram em 2018, respetivamente, 25.135,58 €, 18.257,47 € e 36.893,02 € e, em 2019, passaram a ser de, respetivamente, 32.307,44 €, 28.505,22 € e 35.858,49 €.

18. No que se refere às dívidas a pagar, comparativamente com dezembro de 2018, destaca-se o decréscimo do passivo global (englobando o curto e o médio e longo prazo) em 2.031.431 € (menos 12,33%). As dívidas relacionadas com fornecedores (de bens correntes e de imobilizado) e outros credores apresentaram, no seu conjunto, um decréscimo de 297.149,67 €. Adicionalmente, a dívida ao Estado também sofreu um decréscimo de 61.338,28 € (cumprimento do plano de pagamento com a ADSE). A componente mais significativa refere-se aos financiamentos obtidos, cujo decréscimo global foi de 1.656.793,19 €.

19. No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) **Capítulo V**, verifica-se que:

a) A informação obtida a partir da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) reportada a 31 de dezembro de 2019, aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 1.685.241 € (que compara com 4.093.910 € em dezembro de 2018). Contudo, importa salientar que o Município procedeu à redução do excesso de endividamento em 58,8%, indo de encontro a práticas já ocorridas em períodos anteriores. Importa referir que, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019 (Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro), as entidades incluídas no subsetor da administração local, reduzem no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2018.

Importa referir que a informação da DGAL tem caráter provisório, só se tornando definitiva após prestação de contas de todas as entidades que relevam para efeitos de cálculo do endividamento Municipal, pelo que os valores apresentados poderão sofrer ajustamentos em resultado de informações mais recentes.

b) Adicionalmente, a dívida total demonstrada na ficha do Município reportada ao quarto trimestre de 2019 obtida da DGAL, permite aferir pelo não cumprimento do n.º 1 do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, razão pela qual o Município continua obrigado, em cada ano, ao cumprimento da redução de 10% do excesso de endividamento.

c) Considerando a execução do Plano de Saneamento Financeiro, em 2019 reduziram-se substancialmente os prazos médios de pagamentos, isto é, passaram de 637 dias em 2019 para 124 dias em 2019. Ainda assim, será necessário dar boa sequência à execução dos pagamentos de modo a dar cumprimento ao prazo de pagamento inferior a 90 dias.

d) Com base na conta corrente dos "Fundos disponíveis", em 31 de dezembro de 2019, o seu valor é de 570.755,21 €;

Viseu, 15 de maio de 2020

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102